

**Cognição Sumária:  
Limites Impostos pelo  
Contraditório no Processo Civil**

**saraivajur.com.br**

Visite nosso portal

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	5
PREFÁCIO .....	11
APRESENTAÇÃO .....	13
INTRODUÇÃO .....	17
1. Contraditório e seus reflexos sobre a cognição.....	25
1.1. Notas sobre a evolução histórica do contraditório .....	25
1.1.1. A ordem isonômica e a centralidade do contraditório no processo medieval .....	25
1.1.2. Do centro à margem. Um reflexo da lentidão do processo medieval .....	28
1.1.3. O processo justo e a retomada da importância do contraditório .....	35
1.2. Proteção em sede internacional.....	42
1.2.1. O contraditório e a jurisprudência das Cortes Internacionais de proteção aos direitos humanos ...	42
1.2.1.1. O direito a uma audiência pública.....	48
1.2.1.2. O direito de conhecer e se manifestar sobre todas as alegações e provas .....	50
1.2.1.3. O direito de produzir as provas, com vistas a influenciar na decisão .....	52
1.2.1.4. O direito de ter o caso devidamente apreciado e julgado com apoio nos elementos dos autos.....	53
1.2.2. Em suma: o conteúdo mínimo do contraditório na jurisprudência internacional dos direitos humanos .....	54
1.3. Relevância do contraditório.....	55

1.4. Conteúdo atual da garantia do contraditório .....	58
1.5. Contraditório e justiça da decisão.....	68
2. Celeridade e pressões sobre o contraditório. Panorama atual..	73
2.1. O tempo na realidade processual civil brasileira .....	73
2.2. Proteção internacional. Feições do direito humano a um processo sem dilações indevidas.....	83
2.2.1. A Corte Europeia e seu <i>modus operandi</i> .....	83
2.2.2. A Corte Interamericana e as condenações do Brasil.	92
2.3. A cláusula da duração razoável dos processos nos or- denamentos internos .....	102
2.3.1. Aplicação prática. A jurisprudência interna em du- pla perspectiva.....	114
2.3.1.1. Duração razoável como direito autônomo à indenização .....	115
2.3.1.2. Duração razoável como motor da acelera- ção da Justiça .....	123
2.3.2. O dia a dia dos Tribunais Superiores e a aceleração.	128
2.4. Segue: a denominada tirania da urgência.....	135
3. Restrições ao contraditório e cognição sumária .....	140
3.1. A sumarização da cognição .....	140
3.2. Contraditório e cognição plena .....	143
3.3. Causas da sumarização da cognição: exigências da eco- nomia processual e da efetividade .....	150
3.3.1. Contornos atuais da cognição sumária .....	155
3.3.2. Espécies de sumarização da cognição .....	161
3.3.2.1. Cognição sumária porque superficial.....	161
3.3.2.2. Cognição sumária porque parcial.....	163
3.3.2.3. Cognição sumária porque mitigado o con- traditório.....	165
3.4. O enquadramento pela doutrina brasileira e a simplifi- cação do debate .....	169
4. Legitimidade constitucional da cognição sumária .....	178
4.1. Exigências constitucionais para a legitimidade da cog- nição sumária.....	178

4.1.1. Audiência bilateral. Núcleo essencial da garantia do contraditório .....	179
4.1.1.1. Exceção por conta da urgência. Decisão <i>inaudita altera parte</i> .....	189
4.1.2. Predeterminação legislativa.....	196
4.1.3. Oportunidade de acesso futuro à cognição plena	201
4.1.3.1. Cognição sumária porque superficial. Integração do contraditório diferido .....	201
4.1.3.2. Cognição sumária porque parcial. Integração do contraditório eventual.....	206
4.1.3.3. Cognição sumária porque mitigado o contraditório. Desdobramentos e vias de integração .....	219
4.1.4. Segue: estabilização equilibrada .....	238
4.1.4.1. Contornos da crise da coisa julgada material	240
4.1.4.2. Cognição plena e coisa julgada material. O resgate de um marco teórico .....	248
4.1.4.3. Estabilização equilibrada. A aceitação de soluções judiciais ditadas no momento e por um momento .....	252
4.1.4.4. Um sinal da aproximação: no projeto do Senado do novo CPC, a previsão de uma tutela urgente, em caráter antecedente, sem coisa julgada, com o envio da parte ao juízo de mérito posterior .....	274
4.1.4.5. Possibilidade de escolha: o caráter renunciável das garantias.....	280
4.2. Análise dos institutos à luz do modelo de legitimação proposto.....	294
5. Considerações finais.....	316
5.1. Abrangência .....	316
5.2. Quanto à garantia do contraditório.....	316
5.3. Quanto à celeridade e as pressões sobre o contraditório ..	317

5.4. Sobre a cognição plena e as diversas técnicas de sumarização.....	318
5.5. Quanto aos pressupostos constitucionais legitimadores	319
REFERÊNCIAS.....	323